

ACÇÃO SOCIALISTA

COMISSÃO NACIONAL

Convocado Congresso Nacional para 8 a 10 de Abril no Porto **P2**

NESTA EDIÇÃO

Suplementos
Europa e Jovem Socialista

Opinião

JORGE FÃO /// LUÍS PITA AMEIXA /// MIGUEL FREITAS



Eleições no PS a 25 e 26 de Março

Realizam-se a 25 e 26 de Março as eleições para secretário-geral do PS e delegados ao XVII Congresso Nacional. Também nos mesmos dias as mulheres socialistas vão a votos para escolher a sua presidente. A participação dos militantes nestas eleições é um direito e um dever, sendo um contributo fundamental para um partido mais forte e mobilizado para no Governo vencer os difíceis desafios que o país enfrenta. **P3**



ENTREVISTA

João Trocado da Mata, secretário de Estado da Educação

“Só a escola pública garante igualdade de acesso a educação de qualidade” **P8 e 9**



NOVAS FRONTEIRAS

DEFENDER O INTERESSE NACIONAL E REJEITAR A CRISE

Os tempos difíceis que vivemos exigem que olhemos para o interesse nacional com uma “atitude de responsabilidade”, prosseguindo a execução das reformas para a modernização do país, a consolidação das contas públicas e a defesa de um Estado Social mais eficiente e justo, defendeu José Sócrates. **P6**

INOVAÇÃO

REDES DE NOVA GERAÇÃO VÃO CHEGAR A TODO O PAÍS

Do litoral ao interior, do norte ao sul, desde o passado dia 9, todo o país passou a ter infra-estruturas ópticas de forma a garantir a todos os consumidores o acesso a produtos tecnologicamente inovadores. **P14**



PS
PARTIDO SOCIALISTA
www.ps.pt



Comissão Nacional

Manter Estado Social e defender Portugal da crise

Um forte clima de união e mobilização em torno da acção do Governo para defender Portugal da difícil crise que atravessa marcou a reunião da Comissão Nacional do PS, no dia 30, que confirmou a convocação do XVII Congresso do partido para o Porto, entre 8 e 10 de Abril, bem como a eleição do secretário-geral e dos delegados a 25 e 26 de Março. **J. C. CASTELO BRANCO**

NA SUA intervenção perante os membros da Comissão Nacional, o secretário-geral, José Sócrates, afirmou esperar que o próximo Congresso do partido discuta “com clareza qual a linha política”. Ou seja, defendeu, um momento para “reafirmar o PS como o grande partido da esquerda democrática, responsável e à altura das circunstâncias, que está para servir e defender Portugal da crise e da ameaça de intervenção externa e assegurar a manutenção do Estado Social”.

Sobre o actual momento político, Sócrates acusou a direita de ter “apostado tudo numa crise política”, usando para tal objectivo dois factos – as eleições presidenciais e a execução orçamental.

Quanto às presidenciais, o líder do PS disse que “a candidatura da direita teve uma vitória fraca”, cuja consequência foi “não haver nenhuma deslegitimação do Governo”, enquanto, por outro lado, a “execução orçamental ficou acima das expectativas”, com aumento da receita e diminuição da despesa.

Ainda em relação às últimas eleições presidenciais, José Sócrates sublinhou que Alegre travou um combate “político muito difícil”, porque tinha a “tarefa histórica de derrotar pela primeira vez um candidato que já era Presidente da República”.

Conjuntura difícil e exigente

No final da Comissão Nacional, o porta-voz do PS, Fernando Medina, fez aos jornalistas um balanço da reunião, a qual foi, nas suas palavras, “muito participada” e decorreu “num forte clima de união à volta do Governo que está apostado na defesa do país, tomando as medidas necessárias para fazer face a uma conjuntura difícil e exigente”.

Fernando Medina afirmou ainda que os socialistas querem “aprofundar e continuar o debate com a sociedade civil”, no âmbito das Novas Fronteiras, e que o próximo Congresso Nacional será “um espaço de afirmação do PS como o grande partido da esquerda democrática”.

Questionado pelos jornalistas sobre os resultados das presidenciais, Fernando Medina disse que a “primeira leitura” que se pode tirar é que os portugueses deixaram “uma mensagem a favor do reforço da estabilidade política” no país e a “segunda leitura” é que “frustraram todos aqueles que viam nas eleições

presidenciais o lançamento de uma mudança de ciclo político relacionada com a governação. E isso não aconteceu”.

O porta-voz do PS lembrou ainda que “as eleições presidenciais são unipessoais, não são os partidos que vão a votos”, pelo que, considerou, “qualquer tentativa de extrapolação dos resultados das eleições presidenciais para eleições legislativas é abusiva”.

Almeida Santos critica Cavaco

À entrada da reunião, o presidente do PS, Almeida Santos, fez uma forte crítica ao teor do discurso de Cavaco Silva, na noite em que foi reeleito Presidente da República. “Houve um aspecto em que exagerou imperdoavelmente. Na noite das eleições, exige-se ao vencedor uma atitude de tolerância, mas fez um julgamento feroz dos adversários e foi muito cruel”.

Almeida Santos adiantou que “a crueldade não é uma boa característica de um Presidente da República”.

Já o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, disse que, “a haver uma crise política em Portugal, nunca resultará de uma falta de entendimento entre o Presidente da República e o Governo, mas de desentendimentos no Parlamento”, acrescentando estar “absolutamente convencido que estão reunidas as condições para que possa haver um bom entendimento” entre o chefe de Estado e o Governo.

Questionado pelos jornalistas sobre se o PS deverá continuar a indicar Manuel Alegre para um dos lugares no Conselho de Estado, Assis afirmou que o ex-vice-presidente da Assembleia da República “é uma grande personalidade da vida política e cívica” e que, “se for essa a sua vontade, deve permanecer conselheiro de Estado”.

Joaquim Raposo preside à COC

A Comissão Nacional aprovou a proposta do Secretariado relativa à composição da Comissão Organizadora do Congresso (COC), presidida por Joaquim Raposo, e que integra ainda os camaradas Manuel Seabra, Ana Couto, Artur Penedos, Miguel Coelho, Isabel Santos, Acácio Pinto, Hugo Costa, Paula Barros, Paulo Pisco, Eurídice Pereira, Sérgio Viana e Alexandra Moura.

Regulamentos aprovados

A Comissão Nacional do PS aprovou ainda o regulamento para a eleição do secretário-geral e o regulamento para a eleição dos delegados ao XVII Congresso do partido.

MOÇÃO A

José Sócrates

Estabilidade para vencer a crise

Quem provocar uma crise política no país “deitará por terra o esforço que os portugueses estão a fazer para defender a economia”, alertou o secretário-geral do PS, no passado dia 26 de Fevereiro, na apresentação da sua moção de estratégia global “Defender Portugal, construir o futuro”, com que se apresentará ao próximo Congresso do partido.

SÓCRATES acusou a direita de querer impor uma “agenda ideológica contra o Estado” sublinhando que Portugal “só terá sucesso se tiver estabilidade política”.

Reforçando a ideia de que a estabilidade é fundamental para “enfrentar os desafios e as dificuldades”, o recandidato a secretário-geral lembrou ainda que foi o PS quem ganhou as eleições, razão porque se deve “respeitar a vontade dos portugueses”.

Na sua intervenção, acusou a direita de se aproveitar da crise para impor uma agenda ideológica contra todos os serviços públicos e de desenvolver uma “batalha pela privatização de tudo”, recordando que a origem da actual crise “nada teve a ver com excesso de Estado”, mas antes na “falta de Estado na regulação dos merca-

dos financeiros internacionais”.

Perante os avanços da direita, “que apenas tem na cabeça o combate ao Estado, o seu enfraquecimento e a promoção da privatização”, em particular a “privatização dos serviços públicos”, nomeadamente da educação e da saúde, Sócrates garantiu que o PS estará mobilizado contra esta escalada da direita.

Na sua intervenção num hotel de Lisboa, o líder do PS recordou algumas marcas da governação socialista, aludindo, designadamente, à aposta na educação, na ciência e na tecnologia, mas também na aprovação de iniciativas modernizadas da sociedade, como a despenalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a lei da paridade e a nova lei do divórcio. R.S.A.

MOÇÃO B

Jacinto Serrão

Contributo para a reflexão

O presidente do PS/Madeira, Jacinto Serrão, apresentou dia 23 de Fevereiro a sua candidatura à liderança do PS, encarando-a como um contributo para a “reflexão” do partido no próximo Congresso do Porto.

SERRÃO considera que a sua candidatura visa sobretudo contribuir para uma reflexão interna do PS, de modo a que os seus militantes “possam delinear uma estratégia política” não só para o país, “mas também que influencie toda a Europa” de maneira a “proteger os Estados membros dos ataques especulativos”.

Lembrando que a candidatura à liderança é uma “imposição estatutária” para poder apresentar uma moção nacional ao Congresso, Serrão defendeu que a sua iniciativa visa alertar os militantes para os ataques especulativos com que Portugal se defronta e que começam a “privar os portugueses de um conjunto de direitos

laborais e sociais”, frisando que tal “não se coaduna” com os princípios do socialismo democrático que o PS defende.

Trata-se, em sua opinião, de uma reflexão necessária de modo a que o PS “volte a agarrar as bandeiras de um conjunto de causas sociais que se estão a perder, não só no país, mas em toda a Europa”, devido, como sublinha, a “imposições que vêm do exterior”, que tentam comandar a governação da própria União Europeia desmantelando assim o “sonho europeu de uma sociedade coesa”, e não é “diminuindo ou suspendendo direitos conquistados”, laborais ou sociais, “que nós vamos resolver os problemas da crise”. R.S.A.

MOÇÃO C

António Brotas

Acto de cidadania

Um “acto de cidadania” para provocar o “debate” dentro do partido são os objectivos que norteiam a candidatura do histórico militante socialista António Brotas à liderança do PS, que no dia 23 entregou no Largo do Rato a sua moção de estratégia nacional ao Congresso, no Porto.

“A MINHA candidatura começou por ter uma dimensão modesta, que quase não sai do espaço da FAUL; mas começou a ter contactos para fora e é neste momento uma candidatura em expansão”, disse.

Brotas adiantou ainda que “neste mês de campanha vamos apresentar muito mais ideias, vamos colaborar com muito mais pessoas, vamos ter muito mais contactos do que aqueles que temos agora, e vamos mostrar que este país tem razões para o optimismo, muito mais do que julgam as pessoas que lêem

só a Comunicação Social”.

O camarada António Brotas referiu estar “mais motivado pelo debate” do que propriamente pela disputa da liderança, salientando que a sua candidatura aglutinou vontades da pré-candidatura de Cândido Ferreira, antigo presidente da Federação de Leiria do PS.

“Temos contributos, temos capacidade crítica, faremos certamente alguns dispartes, algumas ideias utópicas e outras erradas, mas para isso está a população para dizer-nos que por aí não vamos”, acrescentou. J.C.C.B.

MOÇÃO D

Fonseca Ferreira

Promover o debate

“Fundamentalmente o objectivo desta candidatura é promover um debate dentro do Partido Socialista, no sentido de o fortalecer em termos de ideias e propostas para resolver os problemas do país”, afirmou o camarada Fonseca Ferreira, no dia 23, no Largo do Rato, após a formalização da sua candidatura à liderança do nosso partido.

FONSECA Ferreira considerou que na actual situação do país “não é apropriada a retórica de confrontação que existe da parte da oposição, quer da parte de alguns membros do Governo”. Ao invés, defendeu, “neste momento é preciso mais concertação e menos confrontação. É importante que os partidos se entendam sobre questões essenciais. O momento não é de estar a fazer disputas eleitorais. Há um Governo para uma legislatura”.

O também líder da corrente de opinião “Margem Esquerda” disse ainda que condição minoritária no Parlamento do PS implica uma “posição de humildade e diálogo” com os restan-

tes partidos.

Na moção de estratégia global que entregou, “PS vivo, Portugal positivo”, Fonseca Ferreira defende a mobilização de todos os militantes, o que, na sua opinião, “não tem acontecido”, e o funcionamento “com regularidade” dos órgãos nacionais do partido.

O candidato à liderança do PS defendeu ainda a “realização de eleições primárias” para a escolha dos candidatos socialistas aos vários actos eleitorais, seja para as autarquias, seja para a Assembleia da República”. É que, frisou, “assim se escolherão os mais habilitados para exercer esses cargos”. J.C.C.B.



MOÇÕES DE CENSURA AO GOVERNO A esquizofrenia das oposições JORGE FÃO /// Deputado do PS

Fragilizar a imagem do primeiro-ministro e derrubar o Governo parecem ser os únicos objectivos e a prioridade das agendas políticas de todos os partidos da oposição desde o início desta legislatura.

“Agora derrubas tu... logo derrubo eu.... depois derrubas tu mais eu” é o refrão entoado por PSD, CDS, PCP e BE, que, com constantes ataques ao Executivo liderado por José Sócrates e insensíveis às nefastas consequências de uma crise política artificial para a já difícil situação económica e social do país, disputam o primeiro lugar de um irresponsável campeonato para provocar eleições antecipadas.

Se algumas dúvidas poderiam existir sobre a grande motivação que tem norteado os partidos da oposição, os últimos dias tem sido esclarecedores e servido para melhor perceber a obsessiva estratégia dos adversários do PS e do Governo.

O CDS, frenético e ansioso por chegar ao poder, não olha a meios para alcançar esse fim. Pisca olho aos comunistas insinuando-se disponível para a aventura, ao mesmo tempo que empurra persistentemente o parceiro laranja para a construção de uma oportunista coligação negativa que crie condições para censurar o Governo.

O maior partido da oposição a quem se exige elevado sentido de responsabilidade e de quem se espera bom senso, ética política e respeito pela estabilidade de um governo legítimo e democraticamente eleito para cumprir a totalidade do seu exercício, este PSD não consegue esconder o desejo de precipitar uma crise política que provoque a queda do executivo. Hesita na forma, espregueia as sondagens, tem um líder impreparado, está inseguro na estratégia, tem medo de assumir a decisão, mas canaliza todas as suas energias para criar esse cenário.

O PCP ameaçou ser o primeiro a dar o passo para provocar a instabilidade. Recuou. Vai alimentar ainda mais a agitação da rua, cavalgar os descontentamentos, mas mantém-se, como sempre, obcecado por abater o PS e apostado em desmantelar este governo.

Eis então que o BE assume o papel de lebre desta suicida corrida. Em poucos dias o seu arrogante e sobranceiro líder muda de opinião sobre a oportunidade da apresentação da hipotética moção de censura comunista. O mesmo que no domingo era para os bloquistas desajustado e inconsequente, passou na quinta-feira a ser inadiável e necessário para resolver os problemas de Portugal.

Até 10 de Março o Bloco de Esquerda já tem trabalho... Tentar deitar a baixo o Governo, instalar a crise política, desacreditar o país contribuindo para agravar a situação económica. Este é o

contributo que se pode esperar do BE nos próximos tempos, mais do mesmo.

Para além de todo este tacticismo político, de um persistente discurso derrotista, de empenhado trabalho para obstaculizar a acção governativa e de mordaz e contundente crítica, é caso para perguntar quais são os contributos positivos, as acções e as propostas que os partidos da oposição têm apresentado para, com realismo, resolver os problemas com que Portugal, tal como muitos outros países, se debate?

Enfrentando toda esta adversidade, num contexto internacional muito exigente, com uma conjuntura económica e financeira interna e externa asfixiante, é inquestionável e digna de apreço a capacidade de resistência anímica do primeiro-ministro e a inesgotável energia com que lidera este Governo que não desiste de lutar para reduzir o deficit, controlar a dívida, equilibrar as contas públicas, rejeitar a intervenção do FMI, dinamizar a economia, apoiar as empresas e as exportações, combater o desemprego, racionalizar o investimento público, qualificar a educação e a formação profissional, apostar nas energias renováveis, na investigação e no desenvolvimento tecnológico, moralizar a atribuição dos apoios sociais, em resumo, trabalhar para combater a crise, recuperar a economia e modernizar Portugal.

A tarefa é ingrata, muitas medidas são duras e afectam as condições de vida de todos nós, algumas decisões são discutíveis, naturalmente questionáveis e, admite-se, por vezes menos acertadas. Os portugueses tem compreensíveis razões para o descontentamento que manifestam pelas restrições que são impostas e pelos sacrifícios que estão a ser exigidos, mas o tempo é de dificuldades, a hora é de luta, temos que resistir e agir para encontrar o caminho da recuperação. Não podemos falhar e estou convicto que o esforço não é em vão

A difícil situação exige um Governo empenhado, apela a uma oposição séria e responsável, mas igualmente reclama ao Presidente da República defesa da estabilidade governativa, uma arbitragem isenta da conflitualidade política, uma atitude construtiva e cooperante na procura de soluções para os problemas do país.

Portugal está frágil e terá dificuldade de resistir a permanentes ameaças de crise política e instabilidade. Uns anunciam-na para já, outros para logo e outros ainda dizem que é para quando lhes apetecer. Às oposições pede-se outra postura, uma atitude mais positiva, um discurso menos derrotista e depressivo, maior coerência na acção política, propostas alternativas e exequíveis para resolver as dificuldades do país e sobretudo recomenda-se uma urgente terapia de choque para combater a grave doença de que padecemos.....a esquizofrenia das moções de censura para derrubar o governo.

O mesmo que no domingo era para os bloquistas desajustado e inconsequente, passou na quinta-feira a ser inadiável e necessário para resolver os problemas de Portugal

PS/Setúbal regozija-se com descontaminação de solos com resíduos perigosos

A FEDERAÇÃO do PS de Setúbal congratulou-se pelo facto do Governo ter anunciado, através da ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, que se iriam iniciar os trabalhos de remoção dos vários milhares de toneladas de lamas resultantes de resíduos industriais perigosos existentes na zona ribeirinha contígua à actual Quimiparque, ex-CUF, no Barreiro.

Este projecto vai brevemente também entender-se à descontaminação do solo na zona envolvente da Siderurgia Nacional e à remoção das lamas em Sines.

Em comunicado, a Federação socialista liderada pelo camarada Vítor Ramalho, salienta que desde há vários anos os governos do PS têm, “com firmeza, tomado a dianteira no

combate ao tratamento de resíduos industriais perigosos”, avançando com a co-incineração.

A co-incineração, refere o PS/Setúbal, “constituiu uma medida do maior alcance para salvaguarda da defesa da saúde pública e particularmente para o distrito de Setúbal, apesar da oposição que lhe foi movida, sem qualquer sustentação científica e apenas por razões politico-partidárias”.

Para os socialistas, “é útil ter-se presente que o distrito de Setúbal é aquele, em todo o país, onde existe o maior peso de resíduos industriais perigosos a céu aberto”, sendo que “esta situação, inaceitável, está agora a ser alterada para bem de todos os residentes e do país, o que não pode nem deve deixar de ser realçado”.

PS/Santarém homenageou militantes com 25 anos de filiação

FOI pequena a sede do PS/Santarém para receber, no passado dia 28 de Janeiro, todos quantos quiseram participar na primeira reunião da Comissão Política Concelhia, recentemente eleita, cujo ponto alto foi a homenagem a 25 militantes com ligação afectiva e efectiva ao PS há mais de 25 anos.

De entre os militantes homenageados, destaca-se, pelo seu percurso e pelos cargos ocupados, quer na Federação, quer na Concelhia, o antigo presidente da Câmara Municipal de Santarém, José Miguel Noras.

Para além do presidente da Comissão Política Concelhia, Pedro Pimenta Braz, que enalteceu o percurso político e o trabalho

desenvolvido pelos homenageados em prol do engrandecimento do Partido Socialista na região, usaram ainda da palavra Idália Salvador Serrão, secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, que depois de saudar os homenageados, elogiou o papel do actual Governo, sublinhando o conjunto de reformas e políticas implementadas para desenvolvimento e o progresso de Portugal.

A sessão foi encerrada com uma intervenção do eurodeputado e presidente do PS/Évora, Capoulas Santos que centrou as suas palavras nas questões da actualidade relacionadas com a Política Europeia e da Política Agrícola Comum (PAC). R.S.A.

Faleceu o fundador do PS Alberto Oliveira e Silva

VÍTIMA de doença prolongada, faleceu no dia 10 Alberto Oliveira e Silva, o fundador do nosso partido que dedicou toda a sua vida política e cívica aos valores da República e do socialismo democrático. Contava 86 anos.

Deputado eleito por Viana do Castelo para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República nas I, II, IV, V e VI legislaturas, onde se destacou pela qualidade da sua intervenção política e pelo brilhantismo como orador, Alberto Oliveira e Silva ocupou o cargo de ministro da Administração Interna no II Governo Constitucional chefiado por Mário Soares.

Até agora provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Alberto Oliveira e Silva exerceu ainda por três vezes as funções de governador civil do distrito de Viana do Castelo.

No PS, Alberto Oliveira e Silva foi membro da Comissão Nacional e da Comissão Política Nacional.



Alberto Oliveira e Silva licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo exercido a advocacia desde 1951. Foi na cidade do Mon-

dego que iniciou o seu longo percurso político. Desde cedo se manifestou um forte opositor à ditadura do Estado Novo, tendo integrado o MUD-Juvenil e sido preso pela PIDE.

Entretanto, a Federação de Viana do Castelo “lamenta o desaparecimento do político e grande humanista” que foi Alberto Oliveira e Silva, sublinhando que “do notável currículo deste companheiro recordamos o inconformismo e a coragem manifestadas desde com a oposição ao Estado Novo”.

Num comunicado onde se lembra a intensa vida política e dedicação às causas sociais deste fundador do PS, a Federação afirma que a morte de Alberto Oliveira e Silva “deixa-nos mais pobres, mas o seu percurso e o seu exemplo permanecem”. J.C.C.B.



I Convenção da FAUL Socialistas vão liderar reforma da Área Metropolitana de Lisboa

“Esta I Convenção da FAUL é uma demonstração da forma como os socialistas estão na política. Estudando os assuntos, definindo soluções, avançando propostas. Não encolhendo os braços, mas pondo mãos à obra”

Marcos Perestrello,
presidente da FAUL

A reforma administrativa da cidade de Lisboa “é um exemplo para o país e que marca a qualidade autárquica do PS e o mandato de António Costa”, afirmou José Sócrates no encerramento da I Convenção da FAUL, onde assegurou que “não haverá despedimentos na Função Pública” como pretende o PSD com a sua agenda ultraliberal de uma nota só:

PERANTE cerca de 600 militantes, num hotel de Lisboa onde decorreu a Convenção no dia 8, o líder do PS centrou a sua intervenção no actual momento político nacional, considerando “lamentável” a ideia transmitida pela oposição de direita de que “o FMI vai chegar a todo o momento”. Isto porque, explicou Sócrates, “o FMI significaria o empobrecimento do país, porque imporia a agenda liberal tão do agrado da direita, que prejudicaria os mais fracos da nossa sociedade”.

O secretário-geral garantiu que “não haverá despedimentos na Função Pública”, uma medida que faz parte da agenda do PSD de “radicalismo liberal”, a par com as privatizações de sectores como a educação e a saúde.

“Pois não haverá despedimentos na Função Pública e o Governo fará o seu dever pondo as contas públicas em ordem sem recorrer a essa agenda liberal de despedir pessoas na Administração Pública”, garantiu.

Segundo José Sócrates, a agenda liberal do PSD inclui a ideia de que a cada problema que exista, a solução é privatizar. “Eu acho até que é um programa de uma nota só, como na canção brasileira ‘Samba de uma nota só’. A qualquer problema responde-se com um verbo: privatizar”.

E, acrescentou, a agenda liberal toca e foge do maior partido da oposição inclui ainda, pasme-se, a privatização das empresas de transporte e até acabar com os passes sociais.

“Esta é a agenda da direita portuguesa, é a agenda liberal, de radicalismo liberal que é próprio do FMI”, disse.

Ao contrário da direita, Sócrates reafirmou que a agenda do PS é “defender Portugal da crise internacional, tomando todas as medidas difíceis e absolutamente necessárias para defender o interesse de todos, ou seja, cumprir o nosso dever que é defender o país”.

Sócrates acusou ainda os partidos da oposição de agora “fazerem tudo o que está ao seu alcance para, à mínima oportunidade, provocarem uma crise política, provocarem eleições, pretendendo com isso atingir algum objectivo eleitoral que há muito tempo perseguem”.

Por seu turno, o camarada António Costa, numa in-

tervenção focalizada na reforma administrativa da cidade de Lisboa de que é o principal obreiro, afirmou que esta “reúne um amplo consenso no município e é um grande contributo para uma melhor administração pública no país”. E considerou que o acordo alcançado com o PSD sobre esta reforma “é da maior importância, bem como é fundamental um debate público” sobre este projecto.

Esta reforma que diminui as freguesias na capital de 53 para 24, frisou, visa dar “mais competências, mais meios humanos e técnicos e mais dimensão e escala às juntas de freguesia”.

No âmbito da transferência de competências do município alfacinha para as juntas, o dirigente socialista disse que esta reforma contempla o espaço público, a manutenção dos equipamentos de proximidade, a acção social e uma pequena bolsa de habitação para realojamento, entre outros aspectos. “Mais competências implicam mais meios para as juntas”, reiterou.

Marcar a agenda política

Já Marcos Perestrello afirmou que tudo fará para que antes do final deste ano a Comissão Política da FAUL esteja em condições de aprovar uma proposta política para a reorganização administrativa da Área Metropolitana de Lisboa, que espera resultar de “um consenso alargado”.

E isto porque, sublinhou o presidente da Federação alfacinha, “esta é uma reforma necessária, já muito recla-

mada aos mais diversos níveis, e que urge concretizar”.

Para o camarada Marcos Perestrello, a FAUL “deve assumir uma papel mais proactivo em todos os temas que digam respeito à política e à sociedade portuguesa, mas com particular incidência na nossa Área Metropolitana”, sendo “essencial” que “o PS, e a FAUL, especificamente, revelem capacidade para marcar a agenda, não se limitando a ter uma atitude reactiva perante as questões que vão surgindo”.

A FAUL, continuou Perestrello, “estará sempre na linha da frente do combate político, assumindo com clareza o seu peso e a sua influência no interior do PS”.

Logo na abertura dos trabalhos, o presidente da Mesa da Comissão Política Federativa, Joaquim Raposo, considerou que a reforma administrativa da cidade de Lisboa é um exemplo paradigmático de “uma agenda modernizadora do poder local”.

Por outro lado, o camarada Joaquim Raposo afirmou que “Lisboa não tem dimensão europeia” e, por isso, sustentou que a FAUL “não pode deixar de discutir a criação da Região de Lisboa”, já que “não há outra forma do Estado central libertar uma série de competências, de forma a assegurar uma gestão mais equilibrada desta área”.

Nesta Convenção interveio ainda o líder da Concelhia socialista de Lisboa, Rui Paulo Figueiredo, que teceu elogios à reforma administrativa da cidade de Lisboa, cujo processo classificou de “exemplar”.

Gabinete de Estudos Metropolitanos da FAUL

OFICINA DE PENSAMENTO POLÍTICO

Uma “oficina de pensamento político” e “janela da Federação sobre a sociedade civil”, foi como Eduardo Quintanova definiu o Gabinete de Estudos Metropolitanos da FAUL, que surge dando cumprimento a um “objectivo prioritário” assumido pelo camarada Marcos Perestrello. Eduardo Quinta Nova será o coordenador deste

gabinete, que tem como objectivos estratégicos “promover a participação activa e permanente dos militantes ao nível das políticas da Federação; mobilizar sectores da sociedade para participarem nas actividades do Gabinete de Estudos Metropolitanos, atraindo mais quadros para o PS; estudar e propor medidas de política de âmbito metropolitano; e organizar um Centro de Documentação e um Banco de Dados da FAUL”.

O Gabinete de Estudos conta já com cerca de 400 inscrições, o que atesta bem o êxito desta iniciativa em que os militantes de Lisboa se revêm na construção de propostas no interior do PS.



Fórum Novas Fronteiras

Defender o interesse nacional e rejeitar crises artificiais

Os tempos difíceis que vivemos exigem que olhemos para o interesse nacional com uma “atitude de responsabilidade”, prossequindo a execução das reformas para a modernização do país, a consolidação das contas públicas e a defesa de um Estado Social mais eficiente e justo, defendeu o secretário-geral do PS, José Sócrates, no

encerramento do Fórum Novas Fronteiras, no dia 12, durante o qual também condenou a postura daqueles que apenas pensam em criar “crises artificiais” e se movem por “mero calculismo e “taticismo”. Nesse sentido, adjectivou a moção de censura apresentada pelo BE como uma “aventura irresponsável”. J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção, Sócrates reiterou que o principal objectivo na actual conjuntura é “defender Portugal, a nossa economia e as pessoas em maiores dificuldades”, considerando que é preciso denunciar a política do quanto pior, melhor.

“Temos todos que fazer ouvir a nossa voz, denunciando a política do quanto pior melhor e a ânsia do poder a qualquer custo que tanto agita os círculos vários da oposição”, afirmou.

Sócrates considerou ainda que “não há nenhuma razão de interesse nacional para provocar agora ins-

tabilidade política”, uma vez que “o Orçamento está aprovado, o Governo está a executar as suas medidas, os resultados começam a aparecer, como aliás todas as instituições internacionais reconhecem e aplaudem”. O tempo é pois, defendeu, “de concentração no trabalho e não de andar a criar crises artificiais por mera conveniência partidária”.

E acrescentou: “Enquanto uns trabalham para defender o seu país, enquanto uns lutam e dão o seu melhor pelo país num momento de dificuldades, os partidos da oposição entretêm-se na Assembleia da República

a discutir se é agora ou se é daqui a mais um bocado que lhes convém deitar por terra todo o esforço dos portugueses”.

O líder do PS referiu ainda que a moção de censura anunciada pelo BE é “uma aventura irresponsável” e que “ninguém leva a sério”, apenas motivada pela “hostilidade ao PS, à Europa”.

E afirmou não compreender os que defendem que “é preciso ter tempo para pensar no assunto, e até que é preciso ver o texto, os considerandos” da moção de censura.

“Então agora estamos nesta situação, o Governo cai ou não cai, o país entra ou não entra em crise política, por causa da habilidade que terão ou não terão os autores de uma moção de censura proveniente da extrema-esquerda”, acrescentou.

Centro-esquerda moderno e reformista

Perante este cenário desolador das oposições, Sócrates salientou que o PS tem “ideias claras” quanto à atitude. “A nossa atitude é esta, nós reclamamo-nos de um centro-esquerda moderno, reformista e aberto a toda a sociedade, centro-esquerda, porque adversários do extremismo e do radicalismo e amigos da moderação e do compromisso, nunca esqueci que a democracia é o reino do compromisso”, disse.

O líder do PS defendeu ainda que “o que se exige hoje dos políticos e das lideranças políticas é que não pensem na sua imagem, nem na sua carreira, mas que se concentrem em resolver os problemas do país” e que cabe ao Governo “prosseguir as políticas públicas necessárias à consolidação orçamental, ao crescimento da economia, à promoção do emprego e à sustentação do Estado Social”.

Neste contexto, Sócrates voltou a tecer fortes críticas à agenda ultraliberal da direita, que passa, entre outras malfeitorias, pela redução “ao mínimo dos mínimos do Estado Social”. E salientou que “serviços públicos só para pobres seriam pobres serviços públicos. Os serviços públicos devem ser para todos”.

O líder do PS acusou ainda o maior partido da direita de querer privatizar serviços públicos, de despedir funcionários públicos e de confundir passes sociais com prestações sociais. “Foi a primeira vez na minha vida política que vi confundir os passes sociais com uma prestação social. Eu pensava que os passes sociais eram para fomentar o uso dos transportes públicos e que não tinham como objectivo que apenas os pobres pudessem andar nos transportes públicos enquanto os outros pudessem andar nos seus transportes individuais, há aí uma confusão conceptual”, disse.

Por outro lado, criticou ainda o imobilismo dos partidos à esquerda do PS, que “recusam de forma sistemática toda e qualquer reforma”, nomeadamente as que visam garantir a sustentabilidade do Estado Social.

Estabilidade governativa e reformas

António Vitorino, na abertura dos trabalhos do Fórum Novas Fronteiras, de que é coordenador, referiu dois pressupostos que considerou “essenciais” na condução do país: “Estabilidade governativa e aplicação das reformas necessárias que corrijam as vulnerabilidades da nossa economia”.

Vitorino elogiou a atitude do actual Governo que, sublinhou, “não se esconde atrás de ninguém” e assume as suas opções e responsabilidades “no momento difícil que o país atravessa”.

Na actual conjuntura, o ex-comissário europeu referiu que a prioridade passa por “voltar a equilibrar as contas públicas, reduzir o défice orçamental até 2013 e iniciar a trajectória da redução da dívida pública, mas também da dívida privada, como em 2005”, lembrando que “onde outros hoje nos querem dar lições, na altura falharam e

nós fizemo-lo com sucesso”.

Vitorino criticou ainda os que acusam o primeiro-ministro de teimosia. “Caro José Sócrates, confiamos em ti e confiamos que persistas, pois claro, teimosamente, intransigentemente, convictamente, na defesa dos interesses de Portugal”, disse.

Um bloco de piruetas

Por outro lado, o ex-ministro de António Guterres, numa referência à moção de censura do Bloco, afirmou ser necessário que “cada um clarifique as suas responsabilidades” em relação a esta matéria, que considerou uma “questão central da estabilidade governativa”.

E apontou o exemplo da Irlanda, que “tem sido severa-

antes do PCP à meta da censura”. E para isso, continuou, até não se coibiram de protagonizar uma “pirueta”.

“Em oito dias, deve ser, aliás, recorde mundial, a moção passou de não ter utilidade prática a ter a utilidade de um anúncio a um mês de vista, ficámos assim a saber a diferença temporal entre a gestação das moções de censura e a gestação dos bebés”, disse.

Por seu turno, Luís Amado, na intervenção que efectuou no painel sobre diplomacia, considerou que as posições do BE e do PCP sobre política externa têm sido um dos principais factores que impossibilitam o desenvolvimento de “qualquer plataforma de governo à esquerda”.

E acrescentou: “Portugal existe precisamente pela relação que tem com o mundo e essa sua relação com



“Serviços públicos só para pobres seriam pobres serviços públicos. Os serviços públicos devem ser para todos”

“A moção do Bloco de Esquerda é uma aventura irresponsável e que ninguém leva a sério”

José Sócrates

mente punida pelos mercados por uma prolongada incerteza política e agora, claramente, por uma crise política que potencia o efeito de contágio da crise da dívida soberana que também nos tem atingido indirectamente”.

Na sua intervenção, António Vitorino acusou ainda o BE de “federar descontentamentos para fazer política apenas assente no protesto” e de ser “imprestável” para soluções governativas, considerando que “os portugueses saberão sancionar aqueles que apostarem numa crise política”.

Segundo o coordenador das Novas Fronteiras, os bloquistas estão apenas apostados “num ‘sprint’ para chegar

o mundo, na sua visão, é determinante e, infelizmente, o sistema partidário português tem condicionado muito as fórmulas governativas precisamente porque aí reside um princípio fundamental da estabilidade da nossa política externa e da credibilidade do país no sistema internacional”.

No mesmo painel, sobre diplomacia, o dirigente socialista Jaime Gama manifestou o seu optimismo quanto ao país “em termos de orientação, capacidade para definir prioridades e executá-las” apesar do contexto de grandes dificuldades.

“Apesar de conhecer o contexto das dificuldades, não posso deixar de estar optimista quanto ao país em termos de orientação, capacidade para definir prioridades e executá-las, optimismo moderado, mas certeza quanto ao resultado final”, disse.

Jaime Gama salientou que o resultado das medidas que estão a ser tomadas “nunca poderá ser imediato” e “terá sempre de ser um resultado diferido e que passará muito pelo que é a capacidade no plano europeu de ajustar a União Europeia a funcionar de forma coesa, mais viva, mais consistente, no plano internacional”.

UM FÓRUM AMBICIOSO

Ao longo de todo o dia sucederam-se no Centro de Congressos de Lisboa intervenções e debates em torno de temas como energia, educação e qualificação, ciência, tecnologia e ensino superior, diplomacia e euro, em que participaram destacadas personalidades da vida pública em Portugal e no estrangeiro. Neste fórum, considerado por António Vitorino “o mais ambicioso de todos”, estiveram presentes o antigo ministro da

Economia Manuel Pinho, a presidente da EDP Renováveis, Ana Maria Fernandes, a directora do Colégio Moderna, Isabel Soares, o director da Microsoft em Portugal, Paulo Fernandes, a ex-ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, a historiadora Irene Pimentel, o presidente do Instituto de Investigação, Inovação e Saúde da Universidade do Porto, Alexandre Quintanilha, o ministro da Ciência, Mariano Gago, o advogado José Miguel Júdice e o antigo ministro da Economia e Finanças de Espanha, Miguel Boyer, entre muitas outras personalidades

João Trocado da Mata, secretário de Estado da Educação

“Só a escola pública garante igualdade de acesso a educação de qualidade”



Paula Nunes // Diário Económico

O programa de modernização da rede escolar pública que abrange cerca de mil escolas é “um esforço de requalificação sem precedentes na história da educação em Portugal”, afirma João Trocado da Mata, secretário de Estado da Educação, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, passa em revista os progressos registados na educação nos últimos anos, com o demonstram

os últimos dados da OCDE, que considera “estimulantes”. O governante reitera que só a escola pública garante igualdade de acesso a todos a uma educação de qualidade e critica a agenda do PSD de privatização do ensino, porque, alerta, esta ideia apresentada sob o lema da liberdade de escolha “é um atentado à igualdade de oportunidades”.

QUAIS são, na sua opinião, os desafios mais importantes da educação neste início do século XXI?

A política educativa tem hoje como principal desafio a melhoria dos níveis de qualificação da população portuguesa. O estabelecimento de uma escolaridade obrigatória de 12 anos, a expansão da educação pré-escolar, o crescimento e a diversificação das vias profissionais, a melhoria dos resultados escolares e o combate ao insucesso e ao abandono escolares e a aposta na educação e formação de adultos são contributos decisivos para vencer o desafio. Os últimos dados da OCDE são muito estimulantes: Portugal atingiu, pela primeira vez, a média da OCDE no que respeita à percentagem de jovens matriculados, entre os 15 e os 19 anos, tendo superado a média no que concerne à frequência da educação pré-escolar.

A melhoria dos níveis de qualificação dos portugueses é, de facto, um desafio da maior importância para o país e para o qual todos nós somos convocados. Sabemos da importância das qualificações para o desenvolvimento económico, para a criação de uma economia mais competitiva e para a criação de melhor emprego.

Nesta matéria, de facto, muito se tem feito, em particular nos últimos cinco anos, contudo há ainda muito a fazer. De acordo com os dados da OCDE, 72% da população portuguesa entre os 25 e os 64 anos continua a ter, no máximo, uma escolaridade de 9 anos, bem acima do dobro da média da OCDE, que se fixa em 30%. Quer isto dizer que mais de 4 milhões de portugueses entre os 25-64 anos estão no mercado de trabalho tendo, no máximo, uma escolaridade de nove anos. É esta a dimensão do desafio e é, neste quadro, que deve ser entendida a Iniciativa Novas Oportunidades, que conta com a adesão de aproximadamente dois milhões de portugueses. O país não pode ter dúvidas sobre o caminho a seguir. O caminho é apostar nas qualificações, resistindo aos discursos demagógicos que sistematicamente relativizam a sua importância.

Que importância tem a educação para o sucesso económico de um país?

A educação é a variável que mais consistentemente explica o desenvolvimento económico sustentado dos países. As actividades económicas são cada vez

mais baseadas em conhecimento científico e técnico. O conhecimento sustenta e perpassa, cada vez mais, a actividade das empresas de todos os sectores económicos, desde a concepção de novos produtos e serviços, até à promoção comercial junto dos mercados, passando pela inovação de processos. Ora, a escola é cada vez mais o espaço de referência para a aquisição das competências de base à aquisição, criação, partilha e difusão de conhecimento ao longo da vida.

A educação é ainda a variável que explica uma boa parte do sucesso económico das pessoas. O relatório Education at a Glance 2010, da OCDE, revela indicadores muito interessantes, como a correlação positiva entre os níveis de qualificações e os salários. Têm surgido algumas vozes a relativizar a mais-valia social da educação e do ensino, mas o que a investigação social nos continua a demonstrar é que quanto mais um indivíduo estuda, maior é a probabilidade de conseguir um bom trabalho e um bom salário. Igualmente interessante é o indicador que relaciona salário, qualificações e igualdade de género: as desigualdades entre homens e mulheres pouco qualifi-

cados esbatem-se à medida que aumentam os níveis de qualificações. Estes indicadores sociais são mais uma prova de que a educação é crucial para o desenvolvimento económico sustentado e inclusivo.

As escolas estão preparadas para enfrentar estes desafios?

As escolas portuguesas encontram-se entre as organizações mais qualificadas do país e têm por isso um potencial enorme de adaptação aos novos desafios. Portugal tinha, antes do 25 de Abril, uma escola selectiva e elitista, que não seria capaz de responder às exigências actuais da economia global baseada no conhecimento. Neste capítulo, Portugal tomou o caminho certo: todos os jovens e adultos têm hoje acesso ao ensino público, básico e secundário.

Nos últimos anos, a escola soube, ainda, encontrar respostas às questões colocadas por esta democratização do acesso ao ensino. As taxas de retenção e desistência no ensino secundário baixaram para quase metade nos últimos cinco anos e hoje há menos 70 mil jovens que abandonam a escola do que em 2005. Com cada vez menos jovens a abandonarem a escola e com mais adultos a apostarem nas qualificações, Portugal ganhou cerca de 250 mil alunos e formandos entre 2005 e 2010, ano em que foram alcançados quase dois milhões de inscritos no ensino e formação qualificante, ou seja, um em cada cinco portugueses. Este é um avanço civilizacional alcançado em pouco mais de 30 anos, que a todos deve orgulhar.

Mas a escola está a conseguir também responder ao desafio da qualidade das aprendizagens, como demonstram os últimos resultados do PISA. Vencido que está o desafio da democratização do acesso ao ensino, o grande desafio das escolas é, agora, reforçar o trabalho sistemático e consistente para prestar ao país um serviço de educação inclusivo e de qualidade. Às escolas exige-se uma acção orientada para o sucesso educativo dos alunos, e essa exigência reclama uma efectiva autonomia na prossecução dessa missão e a avaliação rigorosa dos resultados.

É essa a razão de ser do Programa Educação 2015?

Precisamente. O Programa Educação 2015, lançado no início deste ano lectivo, é o documento orientador desta política educativa, que conjuga objectivos claros, a aposta na autonomia das escolas e a avaliação do respectivo cumprimento com o recurso a indicadores que permitam comparar resultados.

Os principais objectivos do Programa Educação 2015 são o reforço e a consolidação das competências básicas dos alunos e a garantia de que todos os alunos completam o ensino secundário. Igualmente claros são os instrumentos de avaliação de qualidade e sucesso, nomeadamente os indicadores estatísticos oficiais que medem o abandono e a retenção escolares, e os resultados das provas de aferição e dos exames nacionais, que avaliam as competências básicas.

Que importância atribui, nomeadamente para a qualidade do ensino e criação de emprego, ao programa de modernização e requalificação do parque escolar público?

O programa de modernização e requalificação da rede escolar pública abrange a construção ou requalificação de cerca de 1000 escolas de todos os níveis de ensino, desde os mais de 600 centros escolares até às mais de 300 escolas do ensino secundário requalificadas ou a requalificar pela Parque Escolar. Este é um esforço de requalificação do parque escolar sem precedentes na história da educação em Portugal.

As condições para a aprendizagem e de ensino de

qualidade estão no centro das prioridades do governo, e este trabalho que estamos a desenvolver desde 2007 devolve a dignidade a muitos estabelecimentos de ensino e renova a aposta na escola pública. Sabemos hoje que os ambientes de aprendizagem exercem uma influência determinante na qualidade do ensino e da aprendizagem. Uma escola nova ou renovada, bem equipada, promove a auto-estima entre docentes e alunos e um respeito pelas actividades educativas que é muito mais difícil de garantir em ambientes de aprendizagem degradados. Mas mais importante ainda, garante condições de equidade e de efectiva igualdade no acesso à educação.

A missão do programa de requalificação do parque escolar é naturalmente de matriz educativa, mas muito nos apraz saber que, sobretudo na actual conjuntura, este investimento tem impactos que extravasam a escola, como os grandes benefícios indirectos para a economia nacional. O programa de modernização das escolas do ensino secundário integra actualmente 213 escolas, com um investimento global previsto de 2970 milhões de euros, tem garantido o emprego directo de uma média mensal próxima dos 10.000 trabalhadores, podendo envolver a actividade de mais de 3000 empresas num só mês. São indicadores estimulantes a que se deveria acrescentar toda a actividade económica de natureza semelhante promovida pelas câmaras municipais na requalificação e construção de centros escolares e de escolas básicas.

“A política educativa tem hoje como principal desafio a melhoria dos níveis de qualificação da população portuguesa”

“A educação é a variável que mais consistentemente explica o desenvolvimento económico dos países”

Que balanço faz da reorganização da rede do 1.º ciclo do ensino básico?

A reorganização da rede do 1.º ciclo, que se faz no quadro da requalificação do parque escolar, é naturalmente muito positiva. O Governo e a esmagadora maioria das autarquias, de todos os partidos, têm desenvolvido um esforço notável para colocar Portugal na primeira linha dos países com melhores condições para o ensino e a aprendizagem desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Este esforço concretiza-se, no 1.º ciclo, com o encerramento de mais de 3000 escolas de muito reduzida dimensão e com a construção dos centros escolares em todo o país, por iniciativa das autarquias, com o apoio do Ministério da Educação e do QREN. Estes centros escolares são escolas de nova geração, com biblioteca, sala de informática, refeitório, espaço para a prática desportiva e todas as condições para as actividades de enriquecimento curricular próprias de uma escola a tempo inteiro. São escolas que garantem a todos os alunos o acesso às melhores condições de ensino e de aprendizagem.

Os alunos, as famílias e os professores, que beneficiam deste investimento, sabem que mudar de escola vale mesmo a pena porque a escola nova é incomparavelmente melhor do que a escola antiga, que promovia o insucesso escolar e o isolamento profissional dos docentes, não garantindo as condições e os recursos adequados ao sucesso escolar.

Que benefícios mais significativos destacaria da

implementação do Plano Tecnológico da Educação?

O Plano Tecnológico da Educação ligou todas as salas de aula às grandes redes globais do conhecimento através da banda larga de alta velocidade, universalizou o acesso dos alunos e dos professores aos computadores e aos equipamentos que permitem aprendizagens interactivas e está a capacitar os professores para a utilização pedagógica das tecnologias no quadro de um programa nacional de formação e certificação de competências TIC.

Qual o seu comentário ao projecto de revisão constitucional do PSD, que coloca o Estado a financiar as escolas privadas, com o argumento da liberdade de escolha?

Defendo que Estado tem que garantir a igualdade de todos no acesso a uma educação de qualidade e estou convicto de que só a escola pública está em condições de o garantir.

A cruzada dos partidos da direita contra o trabalho do Governo para tornar o financiamento das escolas privadas com contrato de associação mais simples, mais claro e mais transparente serve de antecâmara ao debate constitucional sobre a proposta do PSD para privatizar o ensino. O país deverá saber resistir ao cheque-ensino, uma espécie de canto das sereias que conduziria o país ao naufrágio, primeiro na educação, e depois nos planos económico e social. As consequências para os países que adoptaram o princípio do cheque-ensino são conhecidas, como recentemente o PISA evidenciou. A privatização do ensino sob o lema da liberdade de escolha é um atentado à igualdade de oportunidades.

O recente acordo firmado entre o Ministério e as escolas do ensino particular e cooperativo é de molde a corresponder aos interesses em presença?

Foi um bom acordo, a que chegámos após uma longa negociação com a associação representativa do ensino particular e cooperativo. O acordo garante estabilidade às escolas privadas que são efectivamente necessárias para colmatar insuficiências na rede pública, prevendo a celebração de contratos de associação

por 5 anos e a aplicação das regras de financiamento em vigor. Permite ainda resolver os contratos nas situações excepcionais em que não se verificava o critério legal para a celebração de contratos de associação, ou seja, onde não existia carência de escolas públicas. E permite, por fim, corrigir gradualmente o número de turnos contratualizadas para os níveis efectivamente necessários.

A que se devem os resultados tão positivos alcançados por Portugal no relatório PISA da OCDE?

A prestação dos alunos portugueses no PISA 2009 deve-se, em primeira mão, ao extraordinário trabalho dos alunos e dos seus professores, e à sensibilização crescente das famílias para o papel crucial que a educação desempenha no futuro das crianças e dos jovens portugueses.

Mas estes resultados devem-se também à consistência das políticas públicas na área da educação desde 2005, que a OCDE reconhece no seu relatório.

São sobretudo dois tipos de políticas que contribuem para a prestação portuguesa no PISA, as que fomentam a igualdade de oportunidades – e a OCDE sublinhou devidamente que o sistema educativo português é eficaz na suavização das desigualdades de partida dos alunos – e as que promovem uma cultura de responsabilidade, excelência e avaliação.

Em suma, as políticas contam, e o sucesso dos alunos portugueses no PISA 2009, face aos resultados obtidos nos exercícios anteriores, confirma que a aposta socialista na escola pública é uma aposta ganha.



Constituição Portuguesa
Habeas Corpus
LUÍS PITA AMEIXA /// Deputado do PS

Esta expressão – “habeas corpus” – titula o artigo 31º da nossa Constituição.

Trata-se do início de uma frase mais ampla, em latim, que é “habeas corpus ad subjiciendum” que se poderá traduzir por “haja o corpo para apresentar ao tribunal”.

Esta norma constitui a garantia das garantias contra qualquer privação da liberdade fora da lei.

Podem configurar-se, por exemplo, casos de detenção ou prisão mantidas fora dos locais oficiais próprios para isso, ou ordenadas por quem não tenha tal poder legal, ou de ultrapassagem dos prazos da lei ou de sentença.

É uma providência contra o abuso de poder.

Se alguém é privado da sua liberdade, ilegalmente, então pode requerer-se o “habeas corpus” para que essa pessoa seja logo levada perante um Juiz e este avalie a legalidade da situação e, confirmando a sua ilegalidade, a mande libertar imediatamente.

A garantia desta providência é tal que a Constituição estabelece que o “habeas corpus” pode ser requerido não apenas pelo próprio

Se alguém é privado da sua liberdade, ilegalmente, então pode requerer-se o ‘habeas corpus’ para que essa pessoa seja logo levada perante um Juiz e este avalie a legalidade da situação e, confirmando a sua ilegalidade, a mande libertar imediatamente.

como por qualquer cidadão.

Esta norma, que honra o carácter humanista da nossa Constituição, é um corolário lógico de um direito básico insito no seu artigo 27º – todos têm direito à liberdade e à segurança.

O “habeas corpus” é uma disposição contra a arbitrariedade do poder, com vasta tradição, originária da Magna Carta, de João Sem Terra, na Inglaterra da Idade Média.

Esta Magna Carta está na origem do constitucionalismo e aparece justamente como um compromisso de limitações ao poder absoluto daquele Rei João, em 1215, na velha Albion.

É essa a essência de qualquer Constituição: uma carta de direitos e prerrogativas dos cidadãos e de organização e limitação do poder do Estado.

Portanto, o “habeas corpus” está adequadamente inscrito na nossa Constituição.

Em Portugal, o “habeas corpus” entrou na ordem jurídica pela Constituição de 1911, com a República, cujo centenário agora celebramos, por boas razões como esta.

Turismo em alta no Minho

O TURISMO no distrito de Braga está em alta e em franca expansão, apostando em novos patamares de qualidade. Esta a principal conclusão de jornada de trabalho, no dia 7 de Fevereiro, dedicada a este sector fundamental da economia na região realizada pelos deputados do PS eleitos pelo círculo de Braga.

OS PARLAMENTARES socialistas reuniram com o presidente da Entidade de Turismo, Porto, Norte de Portugal, Melchior Moreira, e com os responsáveis no distrito.

Melchior Moreira apresentou os diversos projectos e apostas em curso, destacando as Lojas de Turismo, que substituirão os antigos postos de turismo, numa opção clara pela inovação tecnológica.

Trata-se de uma visão moderna, de trabalho em rede entre todas as Lojas de Turismo, que permitirá uma sinergia entre os operadores turísticos, as diferentes ofertas e as próprias entidades públicas.

Foi dado como exemplo a Loja de Turismo de Santiago de Compostela, na Galiza, que tem sido responsável por um aumento considerável de visita de turistas espanhóis à região.

No encontro de trabalho com os deputados socialistas foi salientado o desafio que 2012 trará para o distrito com a Capital Europeia da Cultura em Guimarães e a Capital Europeia da Juventude em Braga.

Os deputados socialistas visitaram ainda os dois postos de Turismo em Braga e Guimarães, que se transformarão numas das primeiras Lojas de Turismo de toda a região, “alavancando o turismo da região para um novo paradigma de exigência”, referiram os eleitos socialistas.

“Todos desejamos que aumente a capacidade turística do Minho e de toda a região Norte com vista à melhoria da economia, do emprego e da qualidade de vida das populações que aqui vivem e trabalham”, salientou o deputado Miguel Laranjeiro.

Neste encontro, o vice-presidente da Câmara Muni-



cipal de Braga, Victor Sousa, realçou a importância da articulação que tem vindo a ser feita entre “os diversos actores e agentes locais e a estrutura regional”.

A delegação de deputados socialistas era composta por Miguel Laranjeiro, Teresa Venda, Sónia Fertuzinhos, Ricardo Gonçalves, Isabel Coutinho, Manuel Mota, Frederico Castro e Nuno Sá.

Obras de modernização da urgência do Hospital de Guimarães vão avançar

O concurso para a renovação e modernização das urgências do Hospital de Guimarães vai mesmo avançar.

A garantia foi dada pelos deputados socialistas Miguel Laranjeiro e Isabel Coutinho que se reuniram no passado dia 21 de Fevereiro com a administração do Centro Hospitalar do Alto Ave, encontro onde os eleitos do PS garantiram que o concurso para o projecto de renovação da urgência do hospital de Guimarães será lançado já nos próximos dias, dando assim início a um processo que culminará na melhor adequação deste serviço ao dispor das populações.

Recorde-se que o Centro Hospitalar do Alto Ave, que engloba os hospitais de Guimarães e de Fafe, e que abrange um universo de cerca de 400 mil habitantes, dos concelhos de Guimarães, Fafe, Vizela, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Felgueiras, foi recentemente considerado como um centro de excelência europeu ao nível da hipertensão, sendo igualmente aqui que o serviço de ortopedia é classificado com o nível de excelência mais elevado pela Entidade Reguladora da Saúde. R.S.A.

Deputados querem gasolina ‘low-cost’

PERANTE a crescente procura de combustíveis mais baratos e a sistemática recusa das gasoleiras em fornecerem a todos os revendedores gasolina e gasóleo a preços mais baixos, os deputados socialistas Jorge Seguro Sanches, Mota Andrade, Odete João, Jorge Strecht, Marcos Sá, Miguel Laranjeiro, Duarte Cordeiro, Miguel Freitas, Rita Miguel, João Galamba e Ricardo Gonçalves dirigiram à Autoridade da Concorrência um conjunto de questões relativamente ao mercado de combustíveis.

Questionando o actual modelo de funcionamento deste mercado, os eleitos socialistas salientam que em Portugal os combustíveis têm uma base comum, uma refinação igual e um transporte semelhante, não se compreendendo por isso que a venda dos chamados combustíveis “low cost” ou pouco aditivados “estejam praticamente arredados da grande maioria dos revendedores”.

Os deputados recordam que apesar da diferença de preços atingir por vezes os 20 cêntimos por litro, “o que num depósito de 65 litros equivale a cerca de 13 euros”, as gasoleiras de bandeira “insistem em não disponibilizarem aos cidadãos os combustíveis mais

baratos”, persistindo na venda exclusiva de produtos aditivados e superaditivados, bastante mais caros.

Algo surpreendidos com as declarações da direcção da ANAEC, segundo as quais os seus associados, nomeadamente os independentes, não têm acesso à comercialização de produtos não aditivados, o que a ser verdade, dizem os eleitos socialistas, estaria na prática a prejudicar seriamente a livre concorrência, o que não se entenderia uma vez que o aparelho refinador em Portugal está “nas mãos da Petrogal” empresa que tem interesses em “toda a cadeia de comercialização”.

Perante este quadro, os deputados socialistas questionam a Autoridade da Concorrência, nomeadamente nos efeitos que têm tido no mercado os combustíveis pouco aditivados, se tem conhecimento de alguma limitação legal ou contratual para que esse tipo de combustíveis não seja comercializado por todo o país e em todos os postos licenciados e, a existir tal limitação, se não entende que este facto está a afectar as empresas constituindo uma grave limitação à livre concorrência, designadamente em relação àquelas que pretendem disputar o mercado dos combustíveis ‘low cost’. R.S.A.

Sócrates acusa BE de irresponsabilidade política

“Colossal irresponsabilidade” foi como o primeiro-ministro classificou a moção de censura anunciada pelo BE no Parlamento durante o debate quinzenal no passado dia 10 de Fevereiro.



SÓCRATES acusou os bloquistas de estarem numa lógica de “competição entre partidos de protesto”, referindo-se ao PCP, que entretanto tinha já também manifestado a sua intenção de avançar com idêntica iniciativa.

No momento em que Portugal, a par dos restantes parceiros da zona euro, está mobilizado em enfrentar uma séria crise financeira, o objectivo do BE, ao anunciar que vai apresentar para daqui a um mês, dia 10 de Março, um dia depois do Presidente da República tomar posse, uma moção de censura ao Governo, “é acrescentar à crise financeira uma crise política”, considerou o primeiro-ministro, ao mesmo tempo que chamou a atenção para o facto de a instabilidade trazer “péssimas consequências para o país”.

Já o líder da bancada socialista, Francisco Assis, qualificou essa moção como reveladora de uma “pulsação adolescente”, apelando a todas as forças políticas no parlamento, “especialmente ao PSD”, para que esclareçam rapidamente o seu sentido de voto, advertindo que Portugal não pode viver em “insegurança” e numa situação política “pantanososa”.

Apesar do debate quinzenal com o primeiro-ministro ter sido dominado pela apresentação desta moção de censura ao Governo, o tema escolhido pela bancada parlamentar do PS para esta sessão foi o crescimen-

to das exportações, assunto a que Sócrates respondeu tendo em conta a evolução “muito positiva” da economia portuguesa que cresceu, em 2010, 1,4% do PIB, “valor que é o dobro do estimado pelo Governo”, com as exportações a aumentarem 15% e com as receitas fiscais a subirem em igual percentagem.

De facto, a economia portuguesa cresceu acima de todas as projecções económicas do Governo e das diversas entidades nacionais e internacionais, um crescimento percentual de um ponto em relação ao previsto pelo Governo, aquando da apresentação em Outubro do Orçamento do Estado (OE) para 2011, o dobro da projecção do Executivo no OE para 2010, que previa um crescimento do PIB de 0,7%, quase três vezes mais do que previa o FMI, quatro vezes mais em relação às previsões do Banco de Portugal e perto de cinco vezes mais da antevisão feita pela Comissão Europeia.

Sócrates aproveitou o debate para zurzir sobre a “grande confusão” e a perspectiva muito limitada manifestada pelo líder do PSD quando propõe extinguir as empresas de transportes públicos deficitários ou quando defende a aplicação de novas condições na atribuição dos passes sociais. Para Sócrates, este posicionamento evidencia não só “uma enorme confusão conceptual”, como revela um conhecimento deficiente

dos assuntos, pois que os passes sociais não são uma prestação social mas antes uma medida que se destina a incentivar o uso do transporte público, “existindo por razões económicas e ambientais”.

Ao pretender alterar o actual modelo do passe social, sujeitando-o à existência de recursos, o PSD e o seu líder mais não estão a propor, disse, do que transformar o serviço público de transportes numa entidade apenas destinada a servir os mais pobres, enquanto os outros, os da classe média e os mais abastados, deveriam utilizar o seu transporte privado.

“Esta é uma visão inaceitável”, sustentada apenas em nome de “uma agenda ideológica” e empobrecedora do Estado Social, recusando a ideia de que os serviços públicos apenas devam servir os mais pobres e não “todos os cidadãos”, recordando que o passe social é, sobretudo, usado “pelos mais desfavorecidos e pela classe média”.

Para o primeiro-ministro, serviços públicos para pobres apenas significam “pobres serviços públicos”, contestando a ideia defendida pelo maior partido da oposição de extinção de todos os organismos públicos deficitários, tese que em sua opinião significaria “acabar com o transporte público”, algo que apenas se justificaria “fruto de uma tese ideológica aplicada sem critério e sem conhecimento da realidade”. R.S.A.

Moção de censura do Bloco O país não precisa de ameaças de crise

“A estabilidade prevaleceu sobre a irresponsabilidade”, afirmou o líder da bancada parlamentar socialista, Francisco Assis, que se congratulou com as abstenções anunciadas pelo PSD e CDS/PP relativamente à moção de censura do BE. É que, disse, o país não precisa de “ameaças de crise”.

ASSIS classificou esta iniciativa dos bloquistas como “a mais insólita de todas as moções de censura apresentadas na vida política portuguesa”, lembrando, a propósito, que o “BE, que apresentou esta moção de censura de uma forma totalmente irresponsável, quis logo no dia seguinte criar todas as condições para que ela fosse reprovada”.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS, em conferência de Imprensa na Assembleia da República, no dia 15, disse ainda que “aquilo que parecia ser, no início, uma grande moção de censura apresentada pelo BE transformou-se rapidamente num murmúrio quase inaudível, por pura responsabilidade do próprio BE, que teve imediatamente receio das consequências da sua decisão”. O que é revelador, na opinião de Assis, de “uma profunda irresponsabilidade”.

Quanto à decisão do PSD e do CDS-PP, Assis sublinhou que o PS fica satisfeito “por verificar que a estabili-

dade triunfará uma vez mais sobre a irresponsabilidade”, mas criticou os que “estão permanentemente a fazer insinuações sobre as condições em que este Governo pode continuar a desempenhar as suas funções”.

É que, frisou, “nós não precisamos de uma crise nem de ameaças de crise, porque a ameaça de crise cria um ambiente de crise larvar e permanente e nós não devemos viver num ambiente de pré-crise permanente, temos de ultrapassar esse síndrome, temos de passar para uma outra fase”.

O líder parlamentar do PS referiu ainda que o país enfrenta “uma grave crise de proveniência internacional” e que “agudiza algumas das dificuldades estruturais do país”, considerando que “a responsabilidade do Governo é imensa e a sua obrigação é adoptar em todos os momentos, por mais difíceis que elas se revelem, as medidas necessárias para superar essa crise”. J.C.C.B.



Ampliar para 50 mil os estágios profissionais remunerados

A promoção da inserção dos jovens no mercado de trabalho é uma das preocupações de José Sócrates que no Parlamento anunciou cinco medidas, entre as quais se inclui o aumento para 50 mil do número de estágios profissionais remunerados, com protecção social. J. C. CASTELO BRANCO

O PRIMEIRO-MINISTRO falava no dia 25, durante o debate quinzenal na Assembleia da República, dedicado à “política social”, durante o qual acusou a direita de defender o aumento da precariedade com medidas que prolongariam “ad eternum” os contratos a termo que passariam “orais” e o Bloco de Esquerda de “não ter nenhuma resposta” para o desemprego juvenil, mas apenas, e só, uma postura de “deitar abaixo” e “irresponsabilidade”. E reiterou que “uma crise política em nada vai ajudar os jovens”.

Referindo que entre as questões sociais “a que mais preocupa os portugueses” é o desemprego, com particular incidência “na inserção de jovens na vida activa”, o pri-



meiro-ministro disse que, apesar de “um contexto económico particularmente adverso”, o Governo “reforça as suas políticas activas de emprego”.

E porque no conjunto das políticas activas de emprego, os estágios profissionais remunerados “são das mais bem sucedidas, já que o nível de contratação que geram ronda os 70%”, o Governo, avançou, Sócrates, decidiu ampliar esta medida passando de uma realização de 37 mil em 2010 para 50 mil em 2011.

Entre as cinco medidas anunciadas no Parlamento está também a “integração dos estagiários na Segurança Social”, uma iniciativa que garante, desde logo, “que a carreira contributiva dos jovens se inicia mais cedo, assegurando-lhes direitos imediatos e diferidos” e, por outro lado, “reforça o carácter profissionalizante” da sua relação de trabalho.

A “interdição dos estágios profissionais não remunerados” foi outra das medidas apresentadas no Parlamento por José Sócrates, que considerou “essencial para combater uma prática socialmente inaceitável de obtenção de trabalho não pago e de frustração das expectativas dos jovens, para além de prefigurar situações

“Vamos reforçar os estágios profissionais, porque é um instrumento poderoso para a empregabilidade dos jovens”

“Uma crise política em nada vai ajudar os jovens”

José Sócrates

de concorrência desleal”.

Esta medida, acrescentou, “não abrangerá estágios de curta duração ou de natureza curricular”.

Mais oportunidades para os jovens

Neste debate quinzenal, o chefe de Governo anunciou ainda o “lançamento de um programa de requalificação de jovens licenciados de baixa empregabilidade”.

Reforçar as medidas de qualificação das empresas exportadoras, promovendo a integração de jovens quadros através do programa Inovexport, que “passará a ser gerido com as associações dos sectores exportadores e deverá envolver cerca de 500 jovens em 2011”, foi a quinta medida anunciada por José Sócrates.

Pela bancada socialista interveio o deputado Duarte Cordeiro que se congratulou pelo “conjunto de propostas coerentes” apresentadas pelo primeiro-ministro para responder, “no momento difícil que o país atravessa”, aos problemas da qualificação e desemprego dos jovens. “Nunca houve tantos estágios profissionais para os jovens. Por isso, saudamos e incentivamos a rápida implementação destes estágios e a sua integração na Segurança Social”, disse.

Pedro Cordeiro considerou “chocante” que nenhuma bancada da oposição tivesse uma palavra de elogio para com as medidas agora apresentadas, acusando o PSD de vender a “ilusão” que com o seu “liberalismo kamikaze” ao nível das relações laborais criar algum posto de trabalho, e lembrando aos partidos à esquerda do PS de que “fazer cair o Governo terá como consequência tudo piorar”.

Sector exportador com novos incentivos

O Governo definiu como objectivo em 2011 atingir 40% de execução global dos fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e 42% no PRODER (agricultura). Estas “metas de ambição” foram avançadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no debate quinzenal, na Assembleia da República, no dia 28, durante o qual apresentou um conjunto de medidas na área económica, em que se destaca o reforço dos incentivos às empresas exportadoras. J. C. CASTELO BRANCO

ENTRE as medidas incluídas na agenda para a competitividade e a modernização da economia a executar este ano, o primeiro-ministro disse que será reforçado em 50%, em mais de 140 milhões de euros, a dotação atribuída aos concursos no âmbito do sistema de incentivos para as empresas exportadoras, assim como será aumentada a linha de crédito QREN Invest, actualmente fixada em 850 milhões de euros, para apoiar empresas no financiamento da contrapartida nacional necessária à execução dos projectos.

Por outro lado, tendo em vista obviar a dificuldades de acesso ao financiamento bancário, o Governo aumentará para 75% o limite máximo da taxa de apoio ao investimento elegível das empresas,

Ainda de acordo com o programa de modernização da economia portuguesa, José Sócrates anunciou que serão abertos novos concursos no âmbito dos sistemas de incentivos com um orçamento previsto de 780 milhões de euros, dos quais cerca de 560 milhões serão absorvidos por empresas exportadoras.

“Lançaremos também, em 2011, concursos especificamente dirigidos a sectores inovadores, como é o caso da mobilidade eléctrica, e vamos assegurar já no primeiro trimestre do ano a disponibilização do empréstimo quadro do BEI, no valor de 1500 milhões de euros, destinado a apoiar a contrapartida pública nacional dos projectos do QREN”, afirmou o primeiro-ministro na sua intervenção.

Nas medidas anunciadas por José Sócrates consta ainda o objectivo de se renovar os estímulos ao investimento autárquico em três áreas: centros escolares, águas e saneamento e regeneração urbana.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro destacou a “boa execução” dos fundos comunitários alcançada em 2010, superando os “3250 milhões de euros, e alavancando um investimento total superior a 500 milhões de euros, o que corresponde a mais de 3% do PIB”.

E sublinhou que “os resultados obtidos fizeram de 2010 o melhor ano de sempre na absorção de fundos comunitários, com tudo o que isso significa de estímulo à economia, de apoio ao emprego e de contributo para a modernização estrutural do nosso sector produtivo”.

No debate que tinha como tema a política económica, a oposição centrou baterias sobre os problemas registados nas eleições presidenciais com o cartão do cidadão, tendo Sócrates referido que o que aconteceu “foi lamentável, não devia ter acontecido, devia ter sido previsto”, mas, frisou, “só erra quem age, quem faz alguma coisa”.

O primeiro-ministro respondeu ainda “às mentiras” do PCP e do Bloco de Esquerda sobre o fundo que está a ser discutido em sede de concertação social para pagar as indemnizações aos trabalhadores alvo de despedimento, e explicou, mais uma vez, que “as verbas deste fundo são pagas pelas empresas e não pelos trabalhadores”. Um fundo que, frisou, “visa dar mais oportunidades às empresas para contratar”.

Catastrofismo da oposição

Pela bancada socialista interveio o seu líder, Francisco Assis, que não poupou nas críticas aos partidos da oposição, que acusou de “reagirem sempre mal” quando há “uma boa notícia”, como é o caso dos bons resultados obtidos na execução do QREN. “A previsão catastrófica da oposição foi hoje desmentida”, disse.

E continuou: “A maior crise financeira internacional dos últimos 80 anos não importa nada para a oposição: o que importa é dizer que a culpa é do Governo. E isto não é uma forma séria de abordar as questões”.

Por outro lado, Assis respondeu ainda à oposição sobre os problemas que aconteceram nas eleições presidenciais com o cartão do cidadão. “Lamentamos o que se passou, mas consideramos inaceitável a forma como a oposição atacou o ministro da Administração Interna, que é um exemplo na vida pública de equilíbrio e sensatez”, disse.

Na sua intervenção, o presidente do Grupo Parlamentar do PS registou com agrado as medidas anunciadas pelo primeiro-ministro para a competitividade e modernização da economia portuguesa, com “particular incidência nos sectores exportadores”, sublinhando que os deputados socialistas “estão solidários com o esforço do Governo que apresenta respostas concretas neste momento difícil do país, e rejeitamos esta representação pessimista da realidade do país destas oposições sem esperança no país”.

OBJECTIVOS 2011

Execução global do QREN em 40% e do PRODER em 42%

Aprovado novo plano de apoio às exportações

Para estimular a competitividade da economia e apoiar as exportações, o Governo vai avançar com medidas de simplificação dos processos administrativos e financeiros das empresas exportadoras, no âmbito do programa Simplex Exportações.

INICIATIVAS que foram aprovadas em Conselho de Ministros do passado dia 10 de Fevereiro, e que se referem, nomeadamente, à criação da Emissão Electrónica do Certificado Comprovativo de Exportação, ao documento administrativo único, que permite mais rapidez na isenção ou na redução do IVA para as empresas exportadoras, a simplificação do procedimento de emissão da declaração de exportação para efeitos do imposto especial sobre consumo, documento este que vai permitir uma maior rapidez no processamento da declaração de exportação e na operação relativa ao imposto especial sobre consumo.

Foram aprovadas ainda, entre outras iniciativas, uma relativa ao desalfandegamento centralizado no que respeita à atribuição das despesas de cobrança nacionais que são conservadas quando os recursos próprios tradicionais são colocados à disposição da União Europeia, simplificando assim os procedimentos e permitindo que um operador económico apresente as suas declarações aduaneiras de importação ou exportação no próprio país onde se encontra estabelecido.

Dois dias antes, no Europarque, em Santa Maria da Feira, na abertura do congresso “Promoção das Exportações Portuguesas numa Economia Global”, organizado pelo Ministério da Economia em conjunto com a Aicep (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), o primeiro-ministro tinha aí avançado já com novas medidas de apoio às empresas exportadoras, designadamente através do reforço do nível das linhas de crédito comercial, e de novos seguros de crédito para empresas que operam fora da OCDE.

Neste encontro de Santa Maria da Feira, Sócrates recordou que Portugal tem vindo a reforçar a sua posição exportadora “vendendo mais e melhor e para mais



sítios”. Assim o atestam, aliás, os dados entretanto divulgados pelo INE, segundo os quais as vendas portuguesas ao exterior no 4º trimestre de 2010 aumentaram quase 16% em relação a igual período de 2009, sendo que no total do ano passado esse aumento se situou nos 15,7%, tendo ainda as vendas para fora da União Europeia crescido 18%.

Estes números, que em sua opinião do primeiro-ministro, vêm confirmar que a aposta nas exportações permitirá reforçar o desenvolvimento económico ao “longo do período de ajustamento orçamental que Portugal tem que fazer para garantir a credibilidade e o financiamento da economia” e, assim, “contribuir para reduzir o efeito recessivo “decorrente do impacto das medidas de austeridade” que visam “reduzir o défice e equilibrar as contas públicas”.

Após garantir que os fundos comunitários do QREN continuarão a fazer parte do sistema de incentivos como prioridade na ajuda às exportações, o que “já está a ser feito nos novos concursos”, Sócrates defendeu que a previsão do Governo, que aponta para um crescimento em 2011 de 0,2% do PIB, é não só “realista”, mas “sustentado”, e que uma das prioridades indiscutíveis para o crescimento da economia portuguesa passa por uma forte presença no comércio internacional, garantindo que, quer o Estado, quer as empresas, estão determinados, a este respeito, “a fazerem uma agenda comum”.

Ressalvando que o Governo tudo fará para “reduzir ainda mais” os custos administrativos das empresas exportadoras, salientou o longo caminho entretanto percorrido, mas que continuará a empenhar-se para “tomar medidas adequadas para dar expressão à diver-

sificação das exportações”.

Na reunião do Europarque foi ainda aprovada uma agenda onde se estabeleceu um conjunto de mecanismos capazes de impulsionar a cooperação estratégica entre o Estado, as grandes empresas e as PME, tendo como pano de fundo o apoio nas vendas para os mercados externos.

Também a este propósito o presidente da Associação Industrial Portuguesa (CIP) se mostrou satisfeito com os novos apoios às empresas exportadoras anunciados pelo Governo, considerando que é “fundamental dar condições para a diversificação das exportações”, elogiando ainda o presidente da Aicep, Basílio Horta, por ter proposto transformar o BPN numa instituição especializada no financiamento e seguro de crédito à internacionalização, especializando-o num banco de fomento das exportações.

Para o ministro da Economia, este congresso constituiu o “encontro mais representativo jamais realizado” em Portugal, numa altura, disse, em que a promoção do sector exportador é “usada como uma das mais importantes bandeiras do Governo para dinamizar a economia nacional”.

Vieira da Silva lembrou ainda que o desequilíbrio externo nas relações com o exterior “é algo que nos acompanha de forma estrutural há muitas décadas”, tratando-se agora de “inverter uma situação que tem raízes profundas”, objectivo que, apesar de ambicioso, é “possível de alcançar”, porque está inscrito, salientou, na dinâmica recente do sector exportador, visível no facto de Portugal ter sido dentro da União Europeia “um dos países que teve uma das maiores taxas de crescimento no sector exportador”. R.S.A.

Governo reforça ajuda ao sector agrícola e às pescas

O SECTOR pecuário e as pescas vão receber em conjunto um crédito no valor de 70 milhões de euros, do qual 50 milhões destinados à pecuária e os restantes 20 milhões dirigidos ao sector das pescas que passarão a beneficiar directamente da reabertura deste reforço da linha de crédito.

Estas medidas foram anunciadas pelo secretário de Estado Adjunto da Agricultura e Pescas, Luís Vieira,



em conferência de Imprensa no final da reunião do Conselho de Ministro de 3 de Fevereiro, adiando o governante que esta é a resposta do Executivo face à subida dos custos das matérias-primas que o sector da pecuária tem enfrentado.

Depois de salientar que esta ajuda ao sector agrícola terá um juro bonificado por um período de seis anos e dois anos de carência, o secretário de Estado acentuou tratar-se de uma linha de crédito “extremamente atractiva”, pois permitirá, como garantiu, que as empresas do sector pecuário possam melhor a sua situação em termos de tesouraria.

Quanto às pescas, o objectivo desta nova linha de crédito é melhorar e dar sustentação ao desenvolvimento do investimento no Programa Operacional das Pescas. R.S.A.



Parlamento
O centro do debate
MIGUEL FREITAS /// Deputado do PS

PARTICIPEI numa reunião da Rede Parlamentar do Banco Mundial, envolvendo 110 países de todos os cantos do mundo, trazendo experiências ricas da actividade política, da relação entre instituições e do mútuo escrutínio entre poderes políticos e poderes da sociedade civil.

Fiquei com uma certeza. É cada vez mais complexa a relação entre os parlamentos e os povos que os elegem. Os membros dos Parlamentos têm cada vez mais dificuldade em lidar com os novos movimentos sociais. São movimentos inorgânicos, sem lideranças precisas, que usam meios diversos para comunicarem, na defesa das suas “causas”. É assim em todo o mundo.

No correr do tempo em que vivemos, de uma certa desorientação colectiva, em que tudo acontece de forma ciclópica, movido por forças aparentemente descontroladas, parecendo insuficiente o esforço nacional e impotente o poder político, as pessoas ressentem-se. Não têm em quem confiar. Há motivos de sobra para eclosões sociais. De protesto. Mas também de reinvenção de uma cidadania reforçada.

É neste correr do tempo que se impõe ponderação sobre o papel do Parlamento. Discutir o número de deputados é passar ao lado do problema. É necessário centrar o debate no nível de exigência e de confiança. É no seu próprio funcionamento e na relação com os eleitores que se tem de repensar o Parlamento.

Mais qualidade, mais transparência, maior ligação à sociedade, são os elementos essenciais para uma mudança e o retorno a um nível de confiança mais sólido, alterando o sistema eleitoral e aproximando eleitos de eleitores. Um passo que tem de ser dado.

Mais qualidade significa resistir à ideia de funcionalizar o Parlamento, que tem de ter um elevado nível político, partilhar de forma inequívoca a liderança do país e ser capaz de exprimir o pulsar da sociedade. É preciso melhorar a capacidade de apoio técnico, para se aperfeiçoar a técnica legislativa. E haver uma relação aberta com os centros de racionalidade, com universidades, centros de investigação, instituições representativas da sociedade civil.

Mais transparência, não apenas nas formalidades institucionais, como é o caso das incompatibilidades, mas na acção política. Há uma mudança radical na forma de olhar o Parlamento. No passado, pretendia-se conhecer o funcionamento da instituição. Hoje, quer-se, acima de tudo, conhecer o trabalho do deputado. Isso altera a própria relação do deputado no seu Grupo Parlamentar. A disciplina de voto é matéria que tem de ser discutida. Mantendo-se o princípio da coesão partidária, mas dando maior liberdade de decisão ao Deputado.

Maior ligação à sociedade, quer institucional, quer de responsabilidade pessoal. A relação com o círculo eleitoral é hoje difusa, representando a expressão das políticas nacionais nos locais. Não há nenhum movimento de baixo para cima. É preciso abrir o Parlamento às realidades do país e encontrar respostas concretas para as questões. Os deputados devem estar mais tempo no seu círculo eleitoral, ouvir mais e ser capazes de poder actuar. O Governo, num quadro claro de separação de poderes, deveria saber internalizar melhor o trabalho do Parlamento.

Esta é uma das reformas que o país precisa. A Assembleia da República tem de ser sempre e cada vez mais a casa do povo.

Aposta na educação está a aproximar Portugal dos países mais desenvolvidos

“O grande projecto para Portugal é a aposta na educação” porque é o “investimento mais importante na afirmação de um país”, afirmou o primeiro-ministro, que estava acompanhado pela ministra da Educação, Isabel Alçada, na cerimónia de

inauguração das obras de requalificação da escola de Sá de Miranda, em Braga, mais um estabelecimento a juntar-se às escolas já modernizadas, cujo investimento ascende a 1303 mil milhões de euros.

O PARQUE escolar irá agora entrar numa quarta fase, como lembrou o primeiro-ministro, onde está prevista a recuperação e modernização de um total de mais 90 escolas, num investimento que rondará os 1300 milhões de euros.

Depois de lamentar que as obras de requalificação das escolas secundárias tivessem ficado para trás no processo de desenvolvimento do país, Sócrates salientou que o Programa de Modernização das Escolas, levado a cabo pela Parque Escola, há cerca de três anos, prevê “requalificar um total de 370 estabelecimentos até 2015, num investimento que rondará 2,9 mil milhões de euros, iniciativa que, como salientou, está já a dar trabalho a cerca de três mil empresas e a mais de 10 mil trabalhadores, permitindo que as escolas mantenham “a alma, a identidade e a memória”.

Trata-se, como acrescentou, de um projecto de muita ambição para o país, “o maior na educação de que há memória”, uma aposta de conjunto que vai do pré-escolar ao



ensino secundário.

Esta iniciativa, salientou, significa também que o país decidiu “apostar na igualdade de oportunidades”.

Presente na cerimónia, a ministra da Educação lembrou, por seu lado, que o conjunto do programa de modernização inclui também 78 escolas do segundo e do terceiro ciclos do básico e ainda a construção de 571 centros escolares “sendo que alguns estão já em construção”.

Para Isabel Alçada, este forte in-

vestimento que o Governo está a fazer na requalificação das escolas, para além de as “transformar em espaços contemporâneos e adequados às funções a que se destinam”, dotando-as com os “equipamentos adequados e necessários para os fins escolares”, como bibliotecas, recursos tecnológicos, espaços desportivos, zonas de

estudo e de convívio, concretiza uma caminhada para o “conhecimento, a cidadania, e a formação técnica e profissional”.

A ministra afirmou ainda que o Executivo “tem consciência de que há escolas que precisam de intervenção imediata” salientando que “pouco interessa apenas remediar”, mas antes que os investimentos na requalificação dos estabelecimentos de ensino sejam “sustentáveis para o futuro”. R.S.A.

Mais coesão territorial

Redes de Nova Geração chegam a todo o país

AS REDES de Nova Geração (RNG), que já cobrem todo o território nacional, são uma aposta “absolutamente essencial, porque permitem que todos os portugueses tenham o mesmo acesso àquilo que esta revolução tecnológica pode propiciar”, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, que presidiu no dia 9 aos trabalhos de ligação da Escola Básica de Penacova às Redes de comunicações de Nova Geração, marcando a etapa de extensão destas redes às zonas rurais.

Segundo sublinhou José Sócrates, o investimento nas RNG rurais visa “garantir a igualdade de oportunidades”, em todo o país, e contribuir “para que se esbatam as desigualdades e as assimetrias” entre o litoral e o interior, “não deixando este para trás como noutras alturas”.

O primeiro-ministro destacou, a propósito, que Portugal é “o único país da União Europeia que decidiu fazer o projecto das Redes de Nova Geração ao mesmo tempo e com o objectivo de cobrir todo o território nacional”, uma vez que considerou esta infra-estrutura “absolutamente essencial para o

desenvolvimento do país”.

E acrescentou: “Estamos aqui a antever o futuro, construindo um futuro justo e com mais igualdade”, e “quando são dadas as mesmas oportunidades, todos têm as mesmas condições para competir com os outros nas regiões mais desenvolvidas do mundo”.

Recorde-se que, presentemente, Portugal já tem 75% do território coberto pelas RNG, garantindo um acesso potencial de sete milhões de pessoas. Este acesso está agora a ser alargado ao resto do país, tendo o Governo assinado os contratos para instalação e exploração das RNG nas zonas Norte, Centro e Alentejo e Algarve há um ano.

Estas redes representam um investimento de 182 milhões de euros, com apoio de 106,2 milhões de euros da União Europeia, destinados a cobrir 139 municípios, abrangendo mais de 800 mil habitações, 50 mil empresas e mais de 1,2 milhões de portugueses.

20 mil empregos

Por sua vez, o ministro das Obras

Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, salientou que as Redes de Nova Geração estão a contribuir para gerar emprego, devendo, no conjunto, surgir 20 mil postos de trabalho, induzidos por este investimento.

Já o secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos, afirmou que “com este passo Portugal passa a ser um dos países na União Europeia com maior percentagem de cobertura da sua população com estas novas redes de comunicação”, acrescentando que “a tecnologia não é um fim em si mesmo, é algo que nos permite atingir os objectivos de desenvolvimento que temos”.

A instalação das RNG surge na sequência da estratégia de modernização e desenvolvimento definida pelo Plano Tecnológico. As redes que são constituídas por fibra óptica proporcionam serviços de telecomunicações mais rápidos, permitindo à generalidade dos consumidores o acesso a produtos e serviços tecnologicamente inovadores. J. C. C. B.

Catarina Marcelino Proactividade e dinamismo

Perante um “novo ciclo político, de maior exigência face à situação económica e política do país”, Catarina Marcelino afirma a sua candidatura à presidência das Mulheres Socialistas tem como objectivo tornar o Departamento “mais forte, mais proactivo, mais combativo”.



CATARINA Marcelino sublinha que a sua candidatura assenta fundamentalmente em duas linhas de força. Por um lado, “promover a acção do Departamento do ponto de vista da organização, num trabalho de proximidade com as estruturas federativas, criando uma verdadeira rede de acção nacional; apoiar e fomentar uma rede de mulheres autarcas de modo a consolidar a Lei da Paridade mas também a criar linhas programáticas de políticas autárquicas em matéria de igualdade, e desenvolver uma estrutura de relações internacionais”. E, por outro lado, “abrir um debate no Partido, sem preconceitos e de forma construtiva, para discutir o papel e a missão desta estrutura dentro do partido”.

Quanto aos apoios que conta na sua candidatura, a também deputada socialista destaca Helena André, Ana Paula Vitorino, Isabel Santos, Fernanda Ramos, Sónia Sanfona, Teresa Fragoso, Lígia Amâncio, Maria Antónia Palla, bem como “todas as mulheres socialistas que se identificam com o projecto que apresentamos e que procuram a mudança” e ainda autarcas e dirigentes socialistas da UGT.

A camarada Catarina Marcelino salienta ainda que consigo à frente da organização, as mulheres socialistas podem esperar “muita proactividade e acção em todo o país, assim como uma agenda de igualdade com marca das mulheres socialistas em áreas como mercado de trabalho, prostituição, autarquias”. J.C.C.B.

Maria Manuel Augusto Afirmar a igualdade

A actual líder do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Maria Manuela Augusto, recandidata-se ao lugar sob o lema da igualdade e da educação para a cidadania.



MANIFESTANDO satisfação pela legislação inovadora produzida em matéria de igualdade de género, “fruto dos inegáveis avanços legislativos conseguidos pelo PS”, e alcançados “nos últimos dois mandatos deste departamento”, nomeadamente com a aprovação da lei da paridade e da lei da interrupção voluntária da gravidez, a candidata lamenta contudo que a participação política das mulheres na partilha das decisões seja “ainda muito reduzida”.

Defende, por isso, mais fiscalização e incentivos na aplicação da lei, para que homens e mulheres possam partilhar e lutar por uma sociedade mais justa e desenvolvida ajudando à qualidade da democracia.

Avançar mais no patamar da afirmação da igualdade, passa também, como defende, por colocar toda esta problemática em discussão em sede de concertação social com uma forte participação não só das

entidades patronais e dos sindicatos, mas também com a presença dos organismos e das organizações que trabalham as questões da igualdade como a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade do Género (CIG).

Nesta campanha interna Maria Manuela Augusto recolheu apoios de nomes como Edite Estrela, mandatária nacional, Maria Barroso, mandatária honorária, Celeste Correia, presidente da Comissão de Honra, e ainda de Maria de Belém Roseira, Dalila Araújo, Maria da Luz Rosinha, Susana Amador, Maria Amélia Antunes, Maria João Rodrigues, Carolina Tito de Moraes, Isilda Gomes, entre outras, mulheres que partilham com a candidata os seus ideais, valores e princípios. R.S.A.

Mais investimento para internacionalizar a cultura

FRUTO da alteração da distribuição das receitas dos jogos sociais, a cultura passará a dispor de mais cinco milhões de euros por ano.

A iniciativa visa proteger este sector de uma política geral de austeridade, tratando-se de “uma escolha política” e não de uma cedência do Governo em “aumentar o défice orçamental” em mais cinco milhões de euros, afirmou o primeiro-ministro na apresentação do Fundo para a Internacionalização da Cultura Portuguesa e da Rede Portuguesa de Teatros Municipais.

Salientando que a política de austeridade é para manter, Sócrates referiu porém, “que há sectores mais fracos que sofrem mais em virtude das necessárias políticas de rigor”, daí a decisão de proteger a cultura, que tem um papel a desempenhar da maior importância para o país, para a economia e para a sociedade, pois é a “melhor embaixadora de Portugal no exterior”.

De acordo com a ministra da Cultura,

trata-se de um sinal político do Governo que pretende deste modo “distinguir a cultura enquanto política pública” uma iniciativa “absolutamente necessária” para a modernização e para o desenvolvimento do país, “do mesmo modo que aconteceu com a ciência” com os resultados que são conhecidos.

Para Gabriela Canavilhas o aumento da verba vai permitir a criação de novas iniciativas designadamente ao nível do Fundo para a Internacionalização, da Rede de Teatros Municipais e das Artes, montante que será dividido em partes iguais entre contratos plurianuais e apoios pontuais.

O Fundo para a Internacionalização da Cultura, contará com 3 milhões de euros, destina-se a promover a mobilidade internacional de artistas e de obras portuguesas em áreas como a literatura, dança, música, cinema, fotografia, artes plásticas, design e arquitectura, entre outras.

Quanto à Rede Nacional de Teatros Municipais, a iniciativa da tutela refere que “pretende ligar em rede e promover a qualidade da programação de dezenas de teatros e de salas de espectáculos de todo o país”. R.S.A.



II Curso de Formação Política da Fundação Res Publica 2011 A Esquerda Democrática Europeia

Apresentação

A crise económica e financeira coloca sérios desafios à esquerda democrática europeia. A Fundação Res Publica organiza um curso de formação política que vai proporcionar aos participantes aprofundar conhecimentos sobre as dimensões histórica, sociológica, política e ideológica desta corrente e uma reflexão internacional sobre os caminhos que a esquerda europeia deve trilhar.

Metodologia

Quatro módulos práticos, ao longo de quatro semanas, dois dias por semana, entre as 20.30h e as 22.30h, no ISCTE em sala a indicar; e uma conferência aberta às 19.00h na Assembleia da República.

Ao todo, são 18 horas de formação certificadas pela DGERT.

Programa

“A História” - 22 e 24 de Março

Por: Rui Branco (FCSH)

“O Eleitorado” - 29 e 31 de Março

Por: André Freire (ISCTE)

“Os Partidos” - 5 e 7 de Abril

Por: Paulo Pedroso (ISCTE)

“Os Valores” - 12 e 14 de Abril

Por: Augusto Santos Silva (Res Publica)

Conferência

“A Esquerda Democrática Europeia” - 20 de Abril, na Assembleia da República

Por: Wolfgang Merkel (WZB Berlin)

Local e Horário

Terças e Quintas, das 20.30h às 22.30h, no ISCTE. Conferência de encerramento às 19.00h na Assembleia da República.

A conferência será aberta não só aos formandos, mas também à comunicação social e aos deputados.

Número de vagas: 50 pessoas

Candidatura: Os candidatos que já frequentaram outro(s) curso(s) da Fundação devem enviar apenas um e-mail com a indicação do nome completo e curso(s) frequentado(s), mencionando que também pretendem participar neste segundo curso de 2011. Se ainda não frequentou nenhum curso da Res Publica, envie versão resumida do seu CV para geral@fundacaorespublica.pt.

Inscrição

Matrícula: 40 euros

Pagamento: Por transferência bancária para a Conta da Fundação, de acordo com informação enviada no e-mail de confirmação da aceitação da candidatura.

INSCRIÇÕES
ABERTAS

Portugal foi o país europeu que mais progrediu em Inovação...

Dados da União Europeia referentes a 2010 são categóricos na verificação que Portugal foi o país da Europa que, nos últimos 5 anos, mais avançou em matéria de inovação.

COM EFEITO, e segundo o relatório do Innovation Union Scoreboard, divulgado pela Comissão Europeia, Portugal foi o país que mais prosperou no índice de inovação, quer no contexto da UE27, quer no conjunto dos 34 países analisados, liderando o “ranking” de países “moderadamente inovadores” com um crescimento superior a 10% face à média dos restantes parceiros comunitários.

Neste estudo é igualmente referido que o êxito alcançado resulta de uma clara definição de prioridades por parte do Governo português, designadamente na determinação com que se empenhou no desenvolvimento das políticas públicas expressas no Plano Tecnológico e na mobilização e envolvimento que fez da sociedade portuguesa e das empresas.

Ainda de acordo com este relatório, Portugal foi igualmente o país europeu que mais avançou nos indicadores relativos à despesa das empresas em I&D,

em percentagem de empresas que inovaram no produto ou no processo, tendo paralelamente registado um progresso assinalável na taxa de jovens entre os 20 e os 24 anos que concluíram o ensino superior, o terceiro com melhor desempenho no número de novos doutorados por mil habitantes entre os 25 e os 34 anos, e ainda o país que “pela primeira vez na sua histórica educativa” fixou 81% dos jovens entre os 15 e os 19 anos a estudar nas escolas.

Para o primeiro-ministro, estes dados só vêm confirmar a aposta que o Governo português tem feito nos últimos anos, designadamente em matéria de políticas públicas de ensino, facto que lhe possibilitou ter atingido a média dos países desenvolvidos em participação dos jovens nas escolas, sendo este facto para Sócrates “um dos sinais de que as coisas estão a mudar e que se podem fazer reformas em pouco tempo”.

Congratulou-se depois com o progresso alcançado

pelo país também no capítulo da inovação, resultados que derivam da determinação com que os seus governos encararam a problemática da investigação científica e o sector da educação.

Para se terem alcançados estes resultados, segundo Sócrates, muito terá contribuído o investimento que o Estado fez o ano passado, ao ter canalizado para a ciência 1,71% do PIB, um esforço, como assinalou, que ainda não veio reflectido no “ranking” agora divulgado, mas que “certamente se reproduzirá já no próximo”.

Lembrou por fim que “há uma guerra lá fora” pelo conhecimento, pela ciência e pela inovação, com todos os países a progredir nestas áreas, garantindo que Portugal também está nesta corrida até porque foi, como o demonstra o relatório agora tornado público pela Comissão Europeia, o que “mais acelerou e convergiu nos últimos cinco anos com a média dos países da UE a 27”. R.S.A.



... e no serviço público ‘on-line’ está em primeiro lugar

NOS SERVIÇOS públicos “on-line”, o nosso país, pelo segundo ano consecutivo, ocupa o primeiro lugar com a classificação máxima em todos os parâmetros de análise, de acordo com o relatório eGov Benchmark 2010.

O mérito destes resultados “é dos funcionários da Administração Pública” porque foram eles que “deram o contributo para esta mudança”, considerou o primeiro-ministro sobre os dados do relatório que compara o desempenho de 32 países da Europa.

Para Sócrates, este trabalho precisa agora de ser “mostrado e enaltecido”, porque a verdade, salientou, é que em muitos domínios Portugal “está na linha da frente” de uma administração pública eficaz e moderna prestando “bons serviços aos cidadãos e à economia”.

Em apenas cinco anos, acentuou ainda o chefe do Governo, Portugal foi capaz de mudar a face da sua administração pública, designadamente em termos electrónicos, tendo passado, “qualquer que seja o ângulo pelo

qual se analise o ranking”, de um modesto lugar, bastante abaixo da média europeia, para a liderança do Governo electrónico em termos de disponibilização dos serviços públicos on-line, não havendo qualquer dúvida de que “obteve uma liderança absolutamente incontestável”.

Também Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, se referiu a este relatório tendo assegurado que os dados da Comissão Europeia são “absolutamente claros” ao colocarem Portugal em primeiro lugar a nível europeu, com o país a obter a classificação de 100% em todos os parâmetros fundamentais, designadamente na disponibilização de serviços e na sofisticação de serviços públicos para os cidadãos, resultados que, recorda, “só são iguados pela Áustria e por Malta”.

O ministro da Presidência questiona, por isso, a tese defendida “por alguns”, segundo a qual terá sido uma década perdida, facto que o governante contesta afirmando que “em tão poucos anos” o país foi capaz de fazer uma

assinalável evolução no sector, passando a prestar serviços públicos modernos aos cidadãos e às empresas, o que lhe permitiu subir nos “rankings” europeus “colocando-o, nada mais, nada menos, do que no primeiro lugar”.

Silva Pereira contraria ainda o argumento “defendido por alguns” da inexistência de reformas estruturais para a competitividade da economia, salientando que o Plano Tecnológico e o combate à burocracia implantados em Portugal “levaram o Estado e os serviços públicos a serem os mais fortes aliados da competitividade da economia e das empresas”.

O relatório eGov Benchmark 2010 compara o desempenho dos 27 países da União Europeia e também da Noruega, Islândia, Suíça, Croácia e Turquia no que respeita à modernização tecnológica dos serviços públicos. R.S.A.



CAMPANHA DE ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

Ajude-nos. O sucesso desta campanha depende de si.
Irá ser contactado em breve. Colabore. Tome a iniciativa!

Site Oficial
www.ps.pt

CONTAMOS CONSIGO

Linha Azul
808 201 695



Actualização
Informação
Participação